

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ESO  
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA**

LUANA DA COSTA PINTO

**A VOZ DE UM PASSADO EM UM CONTEXTO CONTEMPORÂNEO:  
O CENÁRIO DO SÍTIO FREGUESIA DO ANDIRÁ - AM**

MANAUS – AM

2017

**LUANA DA COSTA PINTO**

**A VOZ DE UM PASSADO EM UM CONTEXTO CONTEMPORÂNEO:  
O CENÁRIO DO SÍTIO FREGUESIA DO ANDIRÁ - AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como requisito básico para a conclusão do curso de Bacharelado em Arqueologia.

Orientador (a): Dr. Carlos Augusto da Silva

MANAUS – AM

2017

*Dedico a todos os filhos do rio Andirá*

## RESUMO

O presente trabalho refere-se ao sítio arqueológico Freguesia do Andirá, localizado no Município de Barreirinha no Baixo Amazonas. Para que criássemos o cenário do sítio no contemporâneo, descrevemos a paisagem local e discutimos a relação que os moradores estabelecem com os remanescentes arqueológicos. A presente pesquisa é de cunho exploratório e descritivo, a área de Freguesia do Andirá, assim como o território de Barreirinha, nunca foi citada em trabalhos de caráter arqueológico. Para tal pesquisa, utilizamos o conceito de paisagem para descrever os aspectos físicos do ambiente: a terra, a água e a vegetação que compõem o sítio; porém, dialogamos com a arqueologia pública, porque o cenário descrito leva em conta a atuação dos moradores locais, já que acima do sítio existe essa interação com as “coisas” do passado.

**Palavras - chave:** sítio Freguesia do Andirá, comunidades, remanescentes arqueológicos.

## **ABSTRACT**

The present work refers to the archaeological site of Andirá, located in the municipality of Barreirinha in the Lower Amazon. In order to create the scene of the site in the contemporary, we describe the local landscape and discuss the relationship that the residents establish with the archaeological remnants. The present research is exploratory and descriptive, the area of Freguesia do Andirá, as well as the territory of Barreirinha, was never mentioned in archaeological works. For this research, we use the concept of landscape to describe the physical aspects of the environment: the land, the water and the flora that make up the site; however, we dialogue with the public archeology, because the scenario will be described takes into account the performance of the local residents, since above the site there is an interaction with the "things" of the past.

**Key-words:** archaeological site of Andirá, communities, archaeological remnants.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – A VOZ DE UM PASSADO EM UM CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: O CENÁRIO DO SÍTIO FREGUESIA DO ANDIRÁ - AM .....</b>	<b>3</b>
1.1 Algo a se Pensar: A Face da Arqueologia.....	4
1.2 Construindo uma relação: A atuação do arqueólogo em comunidades interioranas.....	7
1.3 Descrevendo o Trajeto: Metodologia.....	10
1.4 O Projeto Baixo Amazonas (PBA) .....	13
<b>CAPÍTULO II - POR QUE NÃO CONTEXTUALIZAR? ALGUMAS INFERÊNCIAS SOBRE O SÍTIO FREGUESIA DO ANDIRÁ .....</b>	<b>15</b>
2.1 O histórico do Distrito de Freguesia do Andirá: a “Santa Cruz do Andirazes” .....	16
2.2 A Vida Ribeirinha: Aspectos Sociais do Distrito de Freguesia do Andirá .....	17
2.3 Descrevendo a paisagem do sítio Freguesia do Andirá .....	21
2.4 A terra: um elemento a se pensar .....	22
2.5 A água: Um elemento essencial à vida .....	25
2.6 Uma típica vegetação não nativa .....	27
2.7 A cerâmica como elemento cultural na paisagem local .....	29
<b>CAPÍTULO III - INTERPRETAÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE MORADORES E OS REMANESCENTES ARQUEOLÓGICOS NO SÍTIO FREGUESIA DO ANDIRÁ.....</b>	<b>36</b>
3.1 As coisas do passado: Cerâmicas de índio? Bichinhos de Barro?.....	36
3.2 O patrimônio em construção: A relação da comunidade com as coisas do passado .....	40
3.3 Como preservar? Uma proposta válida quando lidamos com as “coisas do passado”.....	41
<b>3.3 Considerações Finais .....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

Comum é viajar pelos interiores da Amazônia e ouvir relatos de moradores que encontram em seus quintais, terreiros e roçados, em seus espaços de convívio, a presença do que os mesmos denominam de “bichinho de barro”, “pote de índio”, que ao “nosso” ver, é o patrimônio arqueológico.

As sociedades ribeirinhas atuais constituem um objeto de estudo privilegiado para a atuação da arqueologia, a começar pelas paisagens que habitam, recorrentemente em sítios arqueológicos. Suas (re) significações sobre o lugar onde vivem são peças – chaves no que concerne o processo de formação e transformação contínua do sítio (Lima & Moraes, 2013).

Quando caminhamos entre as áreas habitadas da região, muitas vezes, acidentalmente, chegamos a pisar nos rastros (vestígios) de material arqueológico, principalmente os fragmentos de cerâmica; isso se deve ao fato de que a cerâmica é um material resistente à intempérie amazônica. A cerâmica constitui – se e provavelmente continuará a se constituir uma das principais fontes de dados na interpretação do passado da região amazônica (Raymond, 2009).

A realidade de nosso objeto de estudo, cadastrado no CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos), pelo Projeto Baixo Amazonas (PBA) em 2008, é um caso dinâmico que ora os moradores ignoram o que não conhecem, ora lhe atribuem um valor monetário, porém já está na memória coletiva da comunidade. A verdade é que os “cacos”, os “restos”, os “potes”, as “vasilhas”, as “pedras” (líticos), não constituem um patrimônio na “visão dos moradores”, e sim, enriquecem seus discursos nativos sobre o passado.

Freguesia do Andirá é um dos 12 Distritos do município de Barreirinha, é também o mais antigo e mais populoso, com 800 habitantes segundo o IBGE (2010). Como alega DOM ARCÂNGELO CERQUA em seu livro “Clarões de Fé do Médio Amazonas” (2009) publicado através de fontes documentais dos relatos sobre a ação da igreja católica por intermédio dos jesuítas nos municípios adjacentes a Parintins, incluindo Barreirinha, Freguesia do Andirá foi oficialmente conquistada pelos jesuítas em 1669. Quando ali chegara os jesuítas, se depararam com uma grande aldeia de Sateré Maués, batizando-a de Santa Cruz do Andirazes (Costa, Andrade e Silva, 2014).

Freguesia do Andirá é marcada por uma trajetória histórica de 348 anos de assentamento. Ou seja, é claro que se fôssemos escavar a área nos depararíamos com um contexto em processo de transformação contínua, marcado pela presença indígena, jesuítica e

evidentemente, a contemporânea. No entanto, por que não descrever a paisagem do sítio? Melhor ainda, por que não discutir a inserção do sítio na vida dos moradores locais? A composição desses itens nos fornecerá um cenário característico de muitas comunidades interioranas, mas pouco estudado, a noção de que a cultura material é ativa a partir do momento em que faz parte de um sistema cultural, acarretando ao sítio arqueológico um papel contínuo no tempo, que fez parte tanto do passado quanto está fazendo do presente.

A presente pesquisa é de cunho exploratório e descritivo, a área de Freguesia do Andirá, assim como o território de Barreirinha, nunca foi citada em trabalhos de caráter arqueológico. Para tal pesquisa, utilizaremos o conceito de paisagem para descrever os aspectos físicos do ambiente: a terra, a água e a vegetação que compõem o sítio; porém, dialogaremos com a arqueologia pública, porque o cenário que aqui será descrito leva em conta a atuação dos moradores locais, já que acima do sítio existe uma interação com os remanescentes arqueológicos.

Por meio desta pesquisa, temos como principal objetivo instigar o reconhecimento da área e o seu potencial arqueológico, assim como fomentar a proteção do patrimônio arqueológico local. Iremos ao decorrer do trabalho explicar o cenário contemporâneo do sítio arqueológico Freguesia do Andirá, que foi cadastrado no CNSA (Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos) pelo Projeto Baixo Amazonas (PBA), ressaltando a inserção do mesmo na vida dos moradores que interagem com os remanescentes arqueológicos.

## **CAPÍTULO I – A VOZ DE UM PASSADO EM UM CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: O CENÁRIO DO SÍTIO FREGUESIA DO ANDIRÁ - AM**

A presente pesquisa fundamenta-se em dois ramos da arqueologia: Arqueologia da Paisagem e Arqueologia Pública. A utilização das mesmas possibilitou-nos explicar o cenário composto tanto pela paisagem quanto pela interação das pessoas com o que encontram na paisagem, os remanescentes arqueológicos.

A arqueologia da paisagem é uma das ramificações da ciência arqueológica que leva em conta as intervenções humanas na paisagem, os elementos construídos nas paisagens podem se tornar elementos construtores, motivando novas relações e novas intervenções em um determinado espaço (Fagundes, 2009).

Entender que sítios arqueológicos hoje habitados por populações atuais cuja ligação ancestral não esteja diretamente ligada aos primeiros povos que por ali passaram e registraram sua marca no tempo, é algo que nos instiga a pensar sobre o conceito de continuidade. Visto que sítios arqueológicos surgem a partir de processos culturais intensificados em uma determinada área, por um grupo específico, no passado, é importante ressaltar que as comunidades contemporâneas continuam desenvolvendo esse contexto e por fim, acarretando na constante transformação da paisagem.

Em nosso objeto de estudo (Freguesia do Andirá) tornou-se corriqueiro os moradores locais encontrarem em seus quintais, o que denominam de “bichinho de barro”, “cerâmica de índio”. O que nos faz questionar sobre como essas populações lidam com isso e a quem associam; o que nos remete à arqueologia pública.

A arqueologia pública envolve campos de estudos ligados tanto ao papel da arqueologia enquanto ciência, quanto os estudos da cultura material e suas apropriações contemporâneas. A voz do passado passa a ser ecoada através dos moradores, no sentido de que a partir do momento em que se apropriam e se relacionam com o material arqueológico, suas distintas significações enriquecem um possível entendimento sobre a cultura local.

Utilizando – se tanto da arqueologia da paisagem quanto a arqueologia pública é possível explicar o cenário que compõe o sítio Freguesia do Andirá, seja descrevendo o ambiente e apontando algumas inferências sobre os antigos povos da região, ou discutindo a

relação que os moradores estabelecem com os remanescentes arqueológicos encontrados em seus espaços.

### **1.1 Algo a se Pensar: A Face da Arqueologia**

A palavra “Arqueologia” vem do grego foi empregada pela primeira vez no estudo das antiguidades clássicas no final do século XIX e tem como significado, etimologicamente falando, o estudo das coisas antigas (Barreto, 2010).

A ciência arqueológica tem em seu escopo teórico ramificações que incidem num entendimento geral e mais preciso das dinâmicas que influenciaram o processo de formação das sociedades. De forma heterogênea, a arqueologia brasileira vem produzindo vertentes investigativas bastantes distintas que são transpostas para a realidade da região (Gomes, 2013). Porém, desde os primórdios desta ciência é evidente que a mesma possui um papel importante tanto no entendimento das sociedades passadas quanto nas relações das sociedades contemporâneas. Vários são os exemplos do “poder” da arqueologia, muitas vezes utilizada como instrumento para alcançar um determinado objetivo.

No século XIX a arqueologia no contexto mundial oficializou-se enquanto ciência através do estudo da pré-história, resultando com isso, na compreensão de uma história mais profunda sobre desenvolvimento humano. Por outro lado, nas palavras de BARRETO (2010) “nesse período a arqueologia era muito mais do que uma “ciência do entulho”, uma técnica de recuperar restos materiais”. Porém, a incipiente arqueologia foi o começo de uma nova fase no estudo da cultura.

Os moldes da arqueologia enquanto ciência está ligada a dois movimentos distintos que começaram, respectivamente, na Europa. Sem dúvida, os antiquários tiveram um importante papel no desenvolvimento da arqueologia. Embora os trabalhos realizados pelos antiquários na Europa fossem muito fragmentados para constituir uma disciplina da arqueologia pré-histórica, ajudaram a lançar as bases para o seu posterior desenvolvimento (trigger, 2004).

O primeiro movimento surgiu na Escandinávia e baseou-se em uma nova técnica para datar achados arqueológicos. Sem recorrer a registros escritos, o dinamarquês Christian Jürgensen Thomsen (1788-1865) através de sua coleção numismática elaborou um método de datação relativa.

A partir das inscrições e datas das moedas, era possível ordená-las em séries de acordo com a região e o reino em que tinham sido cunhadas. Frequentemente era também possível, apenas com o emprego de critérios estilísticos, situar em tais séries moedas em que as datas e inscrições eram ilegíveis. Trabalhar com numismática provavelmente despertou em Thomsen a consciência das mudanças estilísticas e de seu valor para a datação relativa de artefatos. (TRIGGER, pág.55, 2004)

Em 1807, Thomsen coloca em prática o seu método quando a Comissão Real Dinamarquesa, marcada pelo sentimento nacionalista, o convida para catalogar e preparar antiguidades para posterior exibição. Porém, deparou-se com a difícil tarefa de ordená-las, já que muitos dos materiais encontrados tinham sua fabricação contínua no tempo, não limitados pelas três fases da Pré-história. “Artefatos da idade do bronze e de pedra continuaram a ser feitos na Idade do Ferro, assim como instrumentos líticos foram usados na Idade do Bronze” TRIGGER (2004).

Com base nas categorias de usos, Thomsen separou os artefatos e os classificou em: facas, enxós, panelas, alfinetes e colares. Em seguida detalhou cada categoria distinguindo os artefatos de acordo com o material de que eram feitos e segundo as suas respectivas formas. Como resultado, criou uma sequência cronológica que até hoje se perpetua nas pesquisas arqueológicas.

Com base na forma e na decoração, Thomsen conseguiu distinguir artefatos de bronze feitos na Idade do Bronze de outros da mesma natureza feita na Idade do Ferro, demonstrando que grandes facas de pedra e pontas de lanças de sílex, que tinham formas similares a outras de bronze, haviam sido feitas na Idade do Bronze. Por vezes, ele conseguiu agrupar em sequência artefatos isolados baseando-se nas similaridades estilísticas. Deste modo, elaborou um esboço de sequência cronológica para o conjunto da pré-história dinamarquesa. (TRIGGER, 2004, pág.58)

O segundo movimento que marcou o início da arqueologia científica tinha como objeto de estudo o período paleolítico. A idade da pedra, já dividida entre paleolítico e neolítico, viria a se tornar um dos pontos de discussão sobre o desenvolvimento da humanidade, sobretudo das sociedades europeias.

Nos países europeus (França e Inglaterra) a arqueologia paleolítica estava florescendo com ajuda da geologia e paleontologia, partindo de uma linha de pesquisa fundamentada na visão evolucionista. As mudanças e diferenciações nos achados arqueológicos preconizavam a evolução dos grupos humanos. Além disso, a utilização da estratigrafia para inferir cronologias das evidências arqueológicas, um método da geologia, tornou-se uma das maiores contribuições desse período, embora de maneira ainda muito rudimentar.

A arqueologia paleolítica foi cientificamente importante e suscitou um grande interesse público, porque revelou a antiguidade da humanidade, até então inesperada e demonstrou a evolução gradual da civilização européia a partir de começos primitivos. Também estabeleceu novos padrões para a análise estratigráfica em arqueologia. A arqueologia paleolítica gozou de grande prestígio por causa de seus vínculos estreitos com a geologia e a paleontologia, ciências que se achavam na vanguarda da criação de uma nova visão da história do mundo. As três disciplinas eram valorizadas porque eram capazes de demonstrar a realidade do progresso em tempos pré-históricos. (TRIGGER, 2004, pág.60)

Os trabalhos desenvolvidos na Europa repercutiram-se nas primeiras pesquisas da região brasileira. A arqueologia brasileira era marcada por preocupações nacionalistas; através do estudo da pré-história tentavam identificar diferentes raças e diferentes origens da população brasileira. Expressões como a “Raça de Lagoa Santa” ou o “Homem dos Sambaquis” são exemplos das influências que as correntes internacionais tiveram sobre a arqueologia no contexto nacional (Barreto, 1999).

Apesar de recente no tocante ao contexto mundial a arqueologia brasileira sofreu grandes influências externas, nas palavras de BARRETO (2000) “a arqueologia brasileira, ao longo de sua história, tem sido muito pouco brasileira”. Com relação a outras partes do mundo o crescimento da arqueologia no contexto brasileiro se desenvolveu de maneira marginalizada, onde os interesses não partiam da sociedade e sim, de alguns grupos específicos, cujos resultados se refletem na atualidade. Promovida inicialmente por naturalistas, posteriormente pelo próprio Dom Pedro II, e pela atuação de escolas teóricas estrangeiras, a arqueologia se expandiu para os museus, para as academias e por fim, mais recentemente, para a sociedade.

A ciência arqueológica é cercada por fatores político – ideológicos (Funari, 1988) que, paralelamente, enriquecem o seu papel enquanto ciência social da coletividade. Porém, diferente das outras áreas das ciências sociais, a arqueologia faz generalizações das mudanças culturais de povos passados através de registros que muitas vezes não podemos ouvir e nem ler, apenas decifrá-los com base no que se ver.

Nem toda a conduta humana se conserva registrada materialmente. As palavras que pronunciam e alguém ouve, enquanto ondas sonoras, são, sem dúvida alguma, alterações que o homem realiza no mundo material e que podem ter grande significado histórico. No entanto, não deixam qualquer indicação arqueológica, a menos que sejam captadas por um dictafone ou registradas por um escriba. (CHILD, 1977, pág.28)

Os dados arqueológicos fornecidos por essas culturas expressam finalidades e pensamentos humanos. Todo objeto produzido (fabricado) é resultado de uma idealização humana e fornece a informação concreta de uma mente em funcionamento (Silva, 2000).

Não podemos negar que a ciência arqueológica desde o princípio se revelou importante no que tange os debates sobre o desenvolvimento das sociedades, não se pode falar de arqueologia sem pensar nas influências que a circundaram durante seu processo de ascensão enquanto ciência. Questões sobre a origem da humanidade, o evolucionismo, e o crescente nacionalismo, despertaram a princípio o interesse cessante pelas particularidades culturais e, concomitantemente na utilização da arqueologia para tais fins.

O que queremos destacar é que a arqueologia enquanto ciência se desenvolveu cercada por influências que se repercutem na relação que a mesma estabelece com a sociedade. A importância da arqueologia não está somente ligada aos dados que a mesma poderá produzir sobre o passado, mas sim, na utilização da mesma de forma inteligente, de tal modo que prevaleça o respeito mútuo pelas diversidades culturais, cuja origem remonta ao passado da sociedade brasileira.

## **1.2 Construindo uma relação: A atuação do arqueólogo em comunidades interioranas**

Quando se pensa em arqueologia vem à mente o que o mundo fictício instaurou, o arqueólogo aventureiro e desbravador. Pirâmides do Egito, cidades perdidas, e um dos personagens mais famosos do cinema, Indiana Jones. Raramente alguém que não seja do meio científico, saiba da realidade que é a arqueologia amazônica; pequenos fragmentos cerâmicos, pedras lascadas que chegam a passar despercebidos pelo olhar dos não arqueólogos.

O arqueólogo atua na ciência arqueológica investigando cada detalhe de um sítio arqueológico a fim de compreender o comportamento do grupo que por ali passara e deixara sua marca no tempo. O mesmo desenvolve diversos tipos de trabalhos: no campo, no laboratório, em universidades e mais recentemente, em empresas.

No campo é desenvolvida a escavação arqueológica; a escavação é o momento em que o arqueólogo remove cuidadosamente os vestígios materiais e registra o modo como foram encontrados.

No laboratório os vestígios arqueológicos (cultura material) são analisados criteriosamente, onde, através dos aspectos físicos e morfológicos se têm algumas

informações importantes sobre a origem e a manipulação desses vestígios pelos seus fabricantes. Um exemplo a ser considerado, é o caso das cerâmicas, que através da reconstrução de sua cadeia operatória e análise morfológica da peça, podem-se inferir dados ligados ao contexto onde foi fabricada e para quê (função).

Na área da educação, nas universidades, o arqueólogo passa a ter um papel ativo na consolidação da arqueologia. Porém, a pouca valorização da docência, o deslocamento da arqueologia acadêmica para a empresarial, provocou um baixo quadro de professores atuantes (Bezerra, 2008). A ida para a área empresarial acarretou modificações profundas, tanto na arqueologia quanto no papel do arqueólogo, algo que se reflete na sociedade.

Os estudos dos primeiros pesquisadores, tanto da região norte quanto na parte central do país, são reflexos de correntes teóricas que transitam pelos países de primeiro mundo, não somente isso, as informações produzidas por esses distintos personagens se caracteriza por permanecer muitas vezes junto aos próprios pesquisadores. Por outro lado, há de se questionar sobre uma arqueologia que floresce no contexto nacional, a recente arqueologia de contrato.

Por que questionar? Existe um ponto positivo que aqui deve ser ressaltado, a arqueologia de contrato ou empresarial “aproximou” o arqueólogo da sociedade; na medida em que a arqueologia estava confinada somente às instituições museológicas, universidades, e alguns grupos específicos, suas produções e conhecimento transitavam em um universo muitas vezes longínquo da sociedade como um todo. Porém, mesmo que de forma incipiente, essa “aproximação” nos leva a pensar sobre a atuação do arqueólogo na esfera social, o que nos remete à arqueologia pública.

A Arqueologia pública é uma das ramificações da arqueologia que envolve a relação da ciência arqueológica com a sociedade. A arqueologia tem como objeto de estudo a cultura material de povos passados, porém quando a cultura passada é encontrada num contexto contemporâneo passa a ser (re) significada pelos grupos que se estabeleceram no lugar. É aí que entra o papel da arqueologia pública, tendo como alvo de estudo o processo pelos quais os significados são criados pela sociedade a partir de materiais arqueológicos (Fernandes, 2007).

Existem inúmeros casos que nos fazem refletir sobre o dinamismo que envolve a relação que o arqueólogo estabelece com o seu objeto de estudo e o impacto que proporciona a ele; exemplos como o trabalho desenvolvido por projetos de arqueologia de contrato, no caso, a educação patrimonial.

A educação patrimonial é uma das formas de interação entre comunitários e pesquisadores, já que através de uma equipe, muitas vezes de arqueólogos, atuando de forma sistemática ao longo de um projeto estabelecido e que deve ser inserido na realidade da

comunidade, acontece o contato com os moradores de forma que atingem suas esferas sociais, econômicas e culturais. Porém, raros são os projetos que se preocupam em elaborar trabalhos que contemplem a realidade local.

Em princípio, tais programas não se descolaram de uma atitude paternalista e autoritária, assim como de uma visão elitista sobre o quê e como preservar. Na prática, são os arqueólogos que impõem sua noção de patrimônio, através de educadores que muitas vezes estão pouco familiarizados com a arqueologia. (Schaan & Marques, 2012, pág.109)

Na pesquisa realizada por Howell (2013) através do Projeto Baixo Urubu (PBU), ficou claro que a inserção de equipes de arqueólogos impactou o campo da pesquisa, - nesse caso específico, economicamente - já que a mesma se estabeleceu por lá no mínimo três anos, não só com o objetivo de elaborar uma educação patrimonial na área, mas como um sítio escola para alunos de graduação e pós- graduação na área da arqueologia.

O trabalho de Cabral & Saldanha (2009) retrata os setores de interesses que cercam a cultura material no Estado do Amapá. Discutem-se as diferentes formas de enxergar o sítio arqueológico. No caso da comunidade afetada existe uma “ligação” mesmo que indiretamente com a cultura material que as cercam, referente a algo mais simbólico; porém na visão de um arqueólogo o sítio representa um objeto de pesquisa, quanto fora desse círculo, nos empreendimentos, o sítio passa a ter um valor relacionado ao desenvolvimento econômico.

Identificando e levantando as variáveis que influenciam essa relação (entre arqueólogo e comunitários) no estudo do sítio arqueológico, podemos compreender alguns aspectos dos processos que cercam e afetam os registros arqueológicos e que nos remetem a pensar a visão das pessoas em relação ao o que é dito como patrimônio. O diálogo entre o arqueólogo e o comunitário é uma forma de interação entre o conhecimento empírico e o científico, onde mutuamente caminha para um só objetivo, o reconhecimento da cultura material como participativa de uma memória ligada à coletividade definida pela singularidade de cada grupo.

Por fim, é relevante ressaltar que uma abordagem que destaque a interação de comunidades com os remanescentes arqueológicos é uma das formas de atingirmos o significado da cultura arqueológica, já que a mesma não diz respeito somente à vida das pessoas que o fabricaram no passado, mas também daqueles que interagem no hoje, no caso da Amazônia, às comunidades ribeirinhas.

### 1.3 Descrevendo o Trajeto: Metodologia

A presente pesquisa é de cunho exploratório e descritivo, “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” GEHARDT & SILVEIRA (2009).

Tivemos como principal objetivo descrever o cenário do sítio Freguesia do Andirá, localizado no Município de Barreirinha. O cenário aqui descrito é composto tanto pela paisagem local, onde fizemos alguns apontamentos sobre os antigos moradores e descrevemos o ambiente, quanto pela relação que as pessoas no contemporâneo estabelecem com os remanescentes arqueológicos.

Distinguimos em objetivos específicos as seguintes etapas: levantar o histórico de Freguesia do Andirá; identificar áreas com maior concentração de material arqueológico no sítio; apresentar a percepção de alguns moradores locais; propor ações de proteção e pesquisas científicas da cultura material pretérita local remanescente.

Para que pudéssemos alcançar os resultados obtidos nesta pesquisa foram programadas visitas ao campo de estudo para identificar os fenômenos que ocorrem através de uma observação participativa, de diálogos informais com os moradores locais. Utilizamos fontes bibliográficas, documentais, além do dispositivo GPS (Global Positioning System) para georeferenciar áreas com maiores concentrações de material em superfície.

A viagem ao município de Barreirinha é longa, dependendo do meio de transporte; existem apenas três opções: duas por via fluvial, o barco e a lancha e uma por via aérea, a aeronave. Porém, devido à falta de disponibilidade das lanchas e recursos financeiros, optamos por ir ao nosso destino de barco. Saímos do Porto da Manaus moderna e perfizemos um total de 27h de viagem até o município de Barreirinha (**Fig.01**).



**Fig.01 – Trajeto: Manaus - Barreirinha**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

Ao longo da viagem utilizamos o dispositivo GPS (Global Positioning System) e a máquina fotográfica a fim de detalhar o máximo possível a presente pesquisa. Optamos por marcar pontos em áreas específicas onde o barco atracava para termos uma precisão exata de onde estávamos e a distância em relação à capital amazonense.

No decorrer da viagem observamos a diversidade que compõe o ambiente amazônico. Saímos do porto de Manaus, área predominantemente urbana cuja história remonta à origem de Manaus. Paisagem caracterizada por um rio de águas negras com presença de lajedos que florescem nas margens quando acontece o recuo das águas.

Percorrendo mais alguns quilômetros chegamos à cidade de Itapeaçu, pequena cidade pertencente ao município de Urucurituba, microrregião de Itacoatiara; um ambiente diferente em relação ao nosso ponto de partida, a água predominantemente barrenta, com características típicas da várzea. Por fim, a nossa última parada, antes de adentrarmos no território barreirinhense, foi o município de Boa Vista do Ramos (**Fig. 02**), já no Paraná do Ramos, distando umas 5h de viagem até o município de Barreirinha. O Paraná do Ramos é um dos braços do Rio Amazonas (Noronha, 1996), onde está localizada a sede do município (Barreirinha) e alguns de seus Distritos.



**Fig.02 – Município de Boa Vista do Ramos**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

O município de Barreirinha (**Fig.03**) localiza-se no Centro Amazonense e é caracterizado pela diversidade ecológica e paisagística, típico do ambiente amazônico. A

imensa rede hidrográfica que compõe a paisagem local através de rios, furos e lagos foi, possivelmente, um dos elementos que fizeram com que populações do passado escolhessem essa área. Em sua pesquisa de doutorado, na Amazônia Central, LIMA (2008) ressalta que uma de suas primeiras observações em relação à paisagem onde os sítios estavam dispostos é que se localizam predominantemente nas margens dos rios, algo que passa a ser comum quando se fala de sítios arqueológicos na Amazônia. O mesmo acontece na área de Barreirinha, mais precisamente, no caso do sítio Freguesia do Andirá.



**Fig.03 – Vista aérea do Município de Barreirinha**  
**Fonte: Laghi Engenharia (2016)**

O município de Barreirinha está localizado entre o Rio Andirá e o Paraná do Ramos. Para chegarmos à Freguesia do Andirá utilizamos um transporte tipicamente denominado de “rabeta”, um motor de poupa utilizado pelos ribeirinhos para se locomover ao longo do rio (**Fig.04**).



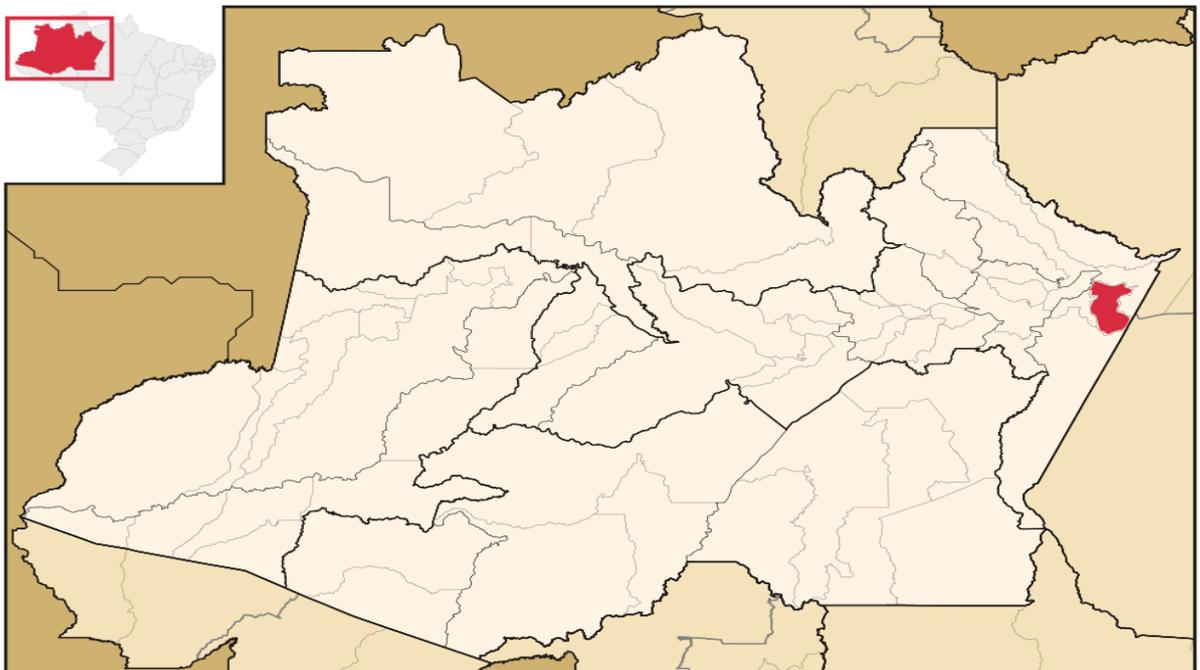
**Fig.04 – Marcando pontos no dispositivo GPS**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

Na parte de trás do município existe um porto denominado “pucú”, foi através deste porto que acessamos o rio Andirá. A sede de Barreirinha dista em torno de 10 a 45 minutos do Distrito de Freguesia do Andirá, dependendo do meio de transporte (rabetá, voadeira, barco).

Ao chegarmos à comunidade, através de uma observação não participativa, a primeiro momento, percorremos as travessas (ruas) e identificamos as possíveis causas de destruição ao patrimônio arqueológico local, além das formas de interação que os moradores estabelecem com os remanescentes arqueológicos; levando sempre em conta a paisagem local, observando a vegetação, o rio e a terra.

#### 1.4 O Projeto Baixo Amazonas (PBA)

Barreirinha é um dos 62 municípios do Estado do Amazonas. Localizado na região do Baixo Amazonas, próximo aos municípios de Maués e Parintins, faz ao Sul fronteira com o Estado do Pará (**Fig.05**).



**Fig.05 – Localização do Município de Barreirinha**  
**Fonte: wikipedia.org (2017)**

O nome Barreirinha é derivado do ambiente local constituído principalmente de latossolo amarelo, típico das áreas de várzeas, o barro (Silva, 2013). A região do município de

Barreirinha é caracterizada por uma diversidade cultural que não se limita ao tempo, existem hoje grupos remanescentes assentados na região, como por exemplo: as comunidades quilombolas, o território indígena e as comunidades ribeirinhas, além de alguns sítios arqueológicos que denotam uma ocupação mais antiga no território barreirinhense.

Entre os anos de 2004 e 2008 foram identificados mais de cinco sítios arqueológicos no município de Barreirinha pelo Projeto Baixo Amazonas (PBA) (**Fig.06**). O PBA surgiu a partir de uma iniciativa conjunta entre as equipes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Projeto Amazônia Central (PAC) (Lima & Moraes, 2013).



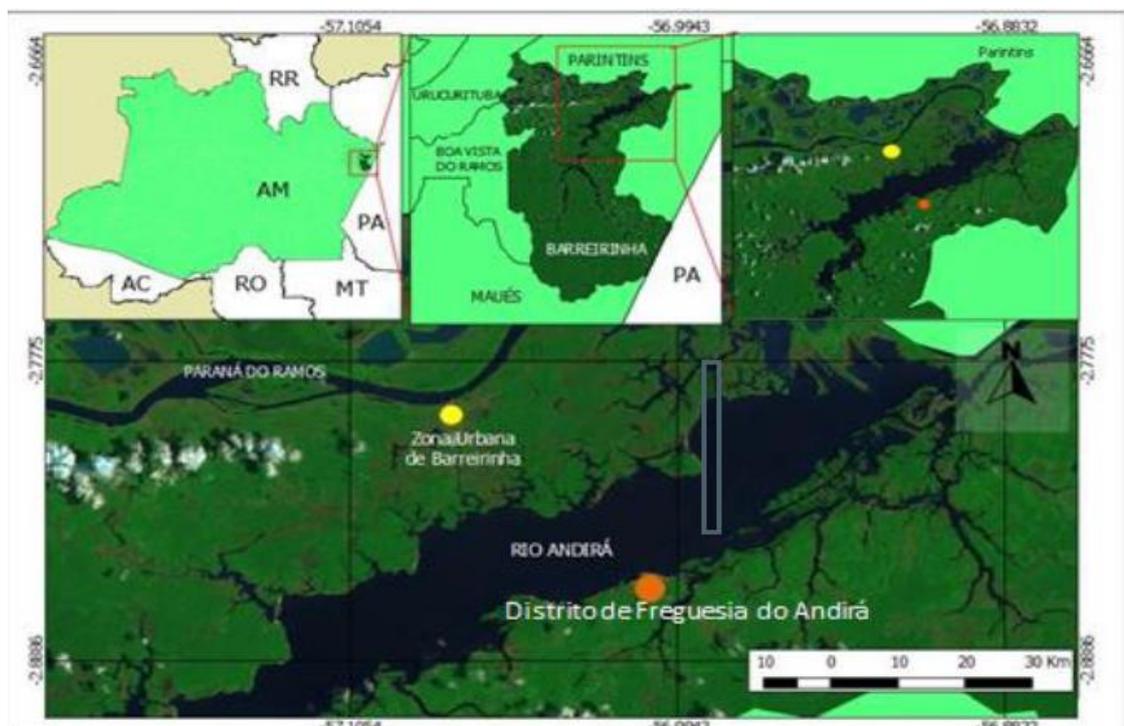
**Fig.06 – Sítios arqueológicos no município de Barreirinha**  
Fonte: PINTO, L.C. (2017)

O projeto teve como iniciativa realizar levantamentos arqueológicos com vista à localização, georeferenciamento e cadastramento de sítios e coleções arqueológicas em doze municípios do Médio e Baixo Amazonas, incluindo Barreirinha. A pesquisa se intensificou principalmente na cidade de Parintins, porém, foram realizados cadastramentos de sítios arqueológicos em outros municípios, em seus distritos e comunidades. Através do projeto identificou-se o sítio Freguesia do Andirá que foi cadastrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e superficialmente analisado e categorizado como sítio arqueológico de alta relevância.

## CAPÍTULO II - POR QUE NÃO CONTEXTUALIZAR? ALGUMAS INFERÊNCIAS SOBRE O SÍTIO FREGUESIA DO ANDIRÁ

A presente pesquisa tem como objetivo descrever e inferir informações sobre o cenário do sítio Freguesia do Andirá, que corresponde tanto à paisagem quanto ao envolvimento dos moradores com o sítio. No entanto, para que pudéssemos descrever o cenário existente, partimos do princípio de que nos seria válido conhecer os aspectos sociais da comunidade, incluindo sua formação histórica.

Freguesia do Andirá (**Fig.07**) localiza-se na margem direita do rio Andirá, ficando longe da sede do Município de Barreirinha uns 6 km. A comunidade faz parte dos 12 Distritos (Costa, Andrade e Silva, 2014) distribuídos no território barreirinhense. É considerado Distrito, segundo a lei orgânica do município de Barreirinha de 1990, por meio do artigo 195º, as comunidades que têm um índice populacional superior a 80 famílias e que tenham condições básicas, tais como escolas, posto de saúde, luz elétrica, comércio e igreja.



**Fig.07 – Localização de Freguesia do Andirá**  
Fonte: Costa & Silva (2014)

Os sujeitos que serão descritos ao decorrer da pesquisa, não serão identificados conforme seus respectivos nomes, porém serão denominados de “ribeirinho”, termo empregado por Vaz (1996) para designar as populações que vivem nas margens dos rios e que têm seu passado marcado pelos ciclos que compõem a história da região Amazônica.

## **2.1 O histórico do Distrito de Freguesia do Andirá: a “Santa Cruz do Andirazes”**

Freguesia do Andirá foi a primeira sede do município de Barreirinha. Segundo relatos de moradores mais antigos a sede do município transferiu-se para o Paraná do Ramos por causa da profundidade do rio Andirá, um rio tipicamente raso (Costa, Andrade e Silva, 2014). Não somente isso, mas a logística também influenciou, isso porque pelo Paraná do Ramos, onde está atualmente alocada a sede do município, existe a facilidade de se deslocar ao longo do rio principal, o rio Amazonas.

No ano de 1669, Freguesia do Andirá é citada na crônica do Padre Betendorf, em seus escritos é mencionada a existência de uma aldeia denominada “Santa Cruz do Andirazes”. O que segundo CERQUA (2009) diz ser um dos primeiros relatos sobre Freguesia do Andirá. O que corrobora com o autor citado acima é a seguinte frase que encontramos na Crônica de Betendorf

Umás cinco jornadas pouco mais ou menos pelo rio das Amazonas acima estão os Tupinambaranas. Estes estavam em uma ponta alta sobre o rio, onde em 1669, quando lá os foram vizitar em minha companhia o padre Pedro Luiz Glui e o irmão Domingo da Costa; mas pela grande praga de mosquitos mudaram-se uma jornada a pouco mais pela terra a dentro sobre um bello lago ou rio que vindo parte dos Andirazes ,parte do Rio das Amazonas, vai dar pelos Curiatós. (Betendorf, 1910, pág.35)

Nas palavras de CERQUA (2009) os elementos citados por Betendorf em sua crônica correspondem à localização de Freguesia do Andirá. Isso porque os Curiatós, moradores do Uaicurapá, por água e até breve caminho terrestre correspondem à cabeceira do Andirá – Mirím. O nome Santa cruz lembra o costume dos jesuítas de chegar aos locais de suas missões e edificar um cruzeiro dedicado à cruz do senhor (Cerqua, 2009).

No ano de 1689 é edificada uma capela em Santa Cruz do Andirazes pelo Pe. Antônio Fonseca, porém depois de um período o padre resolveu transferir-se para outra sede. Mas a nova sede não esvaziava completamente Santa Cruz do Andirazes. No ano de 1714, ainda se mantinham as aldeias domesticadas nas enseadas dos Rios Canumã e Andirá (Cerqua, 2009).

No século XVIII o Diário Oficial do Amazonas informou que o povoado ao ser elevado a curato de freguesia (1852-1853) tinha 60 casas armadas e prontas, uma igreja decente e outra pra acabar, cemitério e quartel (Cerqua, 2009). Porém, no ano de 1872 é fundada a cidade de Barreirinha e transferida a igreja Nossa Senhora do Bom Socorro que estava em Santa Cruz do Andirázes para a nova sede. A lei 539, de 09 de junho de 1881, elevou Barreirinha a categoria de Vila Nova de Barreirinha, desmembrando-a do Município de Parintins.

Conhecer o histórico de Freguesia do Andirá é uma tarefa não muito fácil, isso porque existem pouquíssimos relatos escritos sobre os primeiros contatos e povos dessa região. A história que se tem em obras ainda é bastante fragmentada. O que nos leva a pensar, e se nós escavássemos a área de Freguesia?

Provavelmente a história hoje fragmentada, poderia ser enriquecida e preenchida através do estudo dos resquícios culturais deixados pelas diferentes populações que por ali passaram. Por isso é importante incentivar pesquisas na área, levando sempre em conta que se ficarmos parados o material será destruído e a história local perdida.

## **2.2 A Vida Ribeirinha: Aspectos Sociais do Distrito de Freguesia do Andirá**

A Amazônia é caracterizada por um mosaico cultural cuja diversidade é definida pelos rios, florestas e, principalmente, por seus habitantes. Nas palavras de BATISTA (2007)

Apesar da aparente homogeneidade geográfica, caracterizada pela presença de rios caudalosos e uma floresta sempre verde (descontadas, entre outras, as áreas de cerrados, como a existente ao norte de Roraima, os campos de Marajó e as caatingas do rio Negro), toda essa terra imensa além de ter pouca gente, possui diversidade étnica e cultural, embora a economia não divirja muito. Cada Amazônia tem, entretanto, as suas características próprias. (BATISTA, 2007, pág.43)

A realidade dos povos amazônicos resultada das condições históricas que foram acentuadas pela dinâmica do sistema de exploração daqueles que há 500 anos aqui chegaram, os colonizadores. As populações ribeirinhas estão, em sua origem, intimamente marcadas pelas etapas econômicas na região que atravessaram diversas épocas (Ranciaro, 2004). Por outro lado, é importante salientar que a cultura indígena desde o início influenciou essa dinâmica, já que os “conquistadores” não sabiam lidar com o novo universo recém - descoberto, a Amazônia.

No ano de 1541, a expedição de Francisco de Orellana chegava ao mar. Contudo, durante o trajeto percorrido durante oito meses - desde a cordilheira dos Andes até o mar do Atlântico -, os navegantes foram sujeitos a comer seus próprios sapatos e cintos de couro depois de longamente fervidos com ervas (Branco,1991); esse acontecimento retrata uma das primeiras ações em relação ao desconhecido.

A cultura indígena contrastava com a cultura europeia; os povos da região conheciam a natureza amazônica e da natureza tiravam o seu sustento; a técnica de fabrico e uso de canoas, da jangada, de redes e armadilhas de pesca, das palhas para a manutenção do lar, assim como a rede de dormir, são exemplos de como esses povos manipulavam a natureza.

Parte da cultura ribeirinha é herdada por seus ancestrais, porém o processo de construção histórica da região acarretou modificações importantes nos costumes desses povos. A origem desses povos é definida a partir de três períodos distintos que são marcados por três séculos de domínio colonial (**tabela 01**).

<b>1600/1655</b>	Expedições em buscas de mão de obra para a exploração das drogas do sertão marcaram esse período.
<b>1655/1755</b>	Período marcado pelas missões jesuíticas que reuniam índios de diferentes etnias.
<b>1755/1799</b>	A política e regulamentos marcados pelo governo pombalino, a criação do chamado “Diretório”.

**Tabela 01 – Períodos que influenciaram na formação da sociedade ribeirinha**  
**Fonte: Vaz (1996)**

As missões jesuítas, assim como as políticas do Marquês de Pombal, modificaram de forma permanente os modos de vidas das populações nativas. Os jesuítas chegaram em 1653 e reuniram índios de várias nações e línguas; acarretando numa homogeneização de diferentes povos, como consequência nesse período foi utilizada uma língua geral chamada “Nheengatu”.

Na mesma época, o influente Marquês de Pombal, publicou o “Diretório”; queriam estimular os indígenas à “vida civilizada”. A lei que durou 42 anos decretava que cada vila teria um diretor; os índios deveriam trabalhar para seu sustento; abandonarem o hábito de andarem nus; falarem somente o português; as famílias indígenas deveriam separar-se e deixar de viver em casas comunais; e por fim, casarem-se com os brancos. Após essas fases, vem surgindo um povo remanescente desses processos de aculturação, os chamados

ribeirinhos; os indígenas do pré-contrato não mais existiam, suas crenças e modo de vida foram drasticamente extintos ou alterados (Vaz, 1996).

Muitos dos ribeirinhos da região amazônica não se reconhecem como “caboclos”, não há a identificação dos mesmos com o termo, isso se deve ao fato de que o termo empregado faz conotação a um período distante onde “caboclo” era designado com certo escárnio aos mestiços e índios “amansados” (Vaz, 1996).

Para que pudéssemos compreender a relação que a comunidade estabelece com os remanescentes arqueológicos partimos do ponto de que para tal objetivo nos seria válido conhecer a realidade social que os moradores vivem. Os trabalhos de COSTA, ANDRADE, SILVA (2014); RANCIARO (2004) nos deram informações relevantes acerca do dia a dia da comunidade.

Freguesia do Andirá era uma típica sociedade “ribeirinha ameríndia”, termo empregado por VAZ (1996). Porém, no ano de 2009, com a inserção do programa “luz para todos” incentivado pelo governo federal, a comunidade passou por uma transformação socioespacial significativa. No trabalho de COSTA, ANDRADE & SILVA (2014) há um relato de um morador local que esclarece o que estamos a discutir.

Meu filho isso aqui no começo tinha muito mato, rua nem existia logo que eu cheguei pra cá, era só uns caminho que existia depois que veio e surgiu a primeira rua lá na frente, e depois foi surgindo as outras, eu digo que pela idade que tem Freguesia já era pra tá mais desenvolvido, ela começou a se desenvolver mesmo faz pouco tempo né, com a chegada da luz, agora tão asfaltando as ruas, agora sim tá melhorando, mas ainda falta muita coisa, mas já é um começo. (Relatos de um morador local; Costa et al, 2014, pág.18).

Segundo o IBGE de 2010 havia a cerca de 800 habitantes no Distrito de Freguesia, mas de acordo com o relato do presidente da comunidade no ano de 2013 existiam 1300 (Costa, Andrade e Silva, 2014). Em relação à infraestrutura da comunidade, Freguesia do Andirá é caracterizada por possuir serviços básicos como: centro de saúde comunitário; escolas (uma municipal e outra do Estado); comércios etc.

Mesmo em constante desenvolvimento a cultura local resiste ligada à ancestralidade. Em ambientes de terra firme a pesca e a caça são atividades complementares, no caso de Freguesia do Andirá existe principalmente a plantação da mandioca, utilizando-se de técnicas indígenas (ralador, tipiti e forno de barro) os moradores produzem a farinha, o beiju e a tapioca.

No trabalho de SILVA (2016) há uma imagem de um forno cerâmico (**Fig.08**) proveniente do Distrito de Freguesia do Andirá, o mesmo afirma que “... o uso de forno

cerâmico tem na verdade, longevidade; e esse modelo está associado à memória das sociedades humanas que interagem com o sistema (cerâmica) na produção de alimentos sustentáveis”.



**Fig.08 – Forno cerâmico do Distrito de Freguesia do Andirá**  
**Fonte: Silva (2016)**

Os trabalhos agrícolas realizados nos meses de novembro e dezembro no Distrito de Freguesia do Andirá, inclusive da mandioca, seguem ainda o modo tradicional. Para a realização das plantações, a primeiro momento, se faz o desmatamento da área, para assim começar o processo de queima; ao final faz-se a limpeza do terreno para as plantações serem iniciadas (Leite & Souza, 2016). Neste mesmo processo, há a participação coletiva dos comunitários denominada de “puxirum”.

As roças que também seguem a tradição indígena da queimada, plantação e tempo de pousio, são preparadas pelo sistema de “puxirum” ou “ajuri” (Mutirão), quando o dono do serviço (geralmente derrubada da mata e plantação) convida os outros amigos para trabalhar na sua roça. Depois, ele irá trabalhar nos “puxiruns” das outras famílias para pagar a ajuda recebida. (Vaz, 1996, pág.53)

O ribeirinho apesar de trabalhar com a agricultura, não se limita a uma só atividade, o mesmo sabe fazer diversas atividades; muitos são pescadores, caçadores, carpinteiros, porém isso não os individualiza. Muitas vezes procuram situações para o trabalho conjunto, o que

nos remete a sua ancestralidade indígena, de viver em comunidade e ser coletivo. Se vão cobrir uma casa chamam os amigos, se vai caçar ou pescar, também não irá só (Vaz, 1996).

Em Freguesia do Andirá no mês de Dezembro acontece a festa do santo padroeiro da comunidade. Nesta ocasião moradores de comunidades próximas e inclusive, do município de Parintins, participam da festa. A questão é que grande parte da comunidade é católica, possivelmente esse dado esteja ligado à atuação dos jesuítas no século XVII na área da comunidade.

Freguesia do Andirá é uma típica comunidade ribeirinha, através das representações culturais conseguimos identificar um passado intrinsicamente ligado às dinâmicas de exploração na Amazônia, no entanto os traços indígenas continuam resistindo ao longo do tempo.

### **2.3 Descrevendo a paisagem do sítio Freguesia do Andirá**

A cultura é a lente por onde o homem enxerga a sua realidade, é o que diferencia e particulariza um determinado grupo (Laraia, 1986). Os fenômenos da natureza são matérias primas para o aprimoramento do homem no que tange a sua apropriação dos recursos naturais, o que influencia a sua atividade cultural, já que o mesmo manipula a natureza e a transforma.

Considerando que a paisagem cultural é resultado da relação que o homem estabelece com o natural, e que questões do ambiente natural se entrelaçam com questões sociais, surgiu então, uma nova ramificação da arqueologia, denominada de Arqueologia da Paisagem.

A arqueologia da paisagem preocupa-se em entender a formação da paisagem, levando em conta um elemento essencial à manipulação do natural, o “elemento homem”. A partir dos remanescentes deixados pelas sociedades passadas no ambiente, podem-se inferir questões de como os povos lidavam com o meio em que viviam.

No caso do sítio Freguesia do Andirá, no que diz respeito ao ambiente, se formos analisarmos a partir de uma arqueologia da paisagem, identificaremos que existem pontos específicos que contribuíram para a escolha do espaço.

A manufatura e composição de certo artefato está intrinsicamente ligado ao ambiente em que foi fabricado (o contexto), porém, como não pudemos fazer uma análise aprofundada – levar ao laboratório e identificar a composição, os tipos mais encontrados, e a possível cadeia operatória - dos remanescentes encontrados no sítio, será levada em conta a descrição do ambiente como lugar propício à vida, através da terra, água e vegetação.

Freguesia do Andirá localiza-se à margem direita do rio Andirá, está assentada sob um ambiente de terra firme, com uma vegetação predominantemente secundária. O ambiente de terra firme; a Terra Preta de Índio (TPI) - utilizada pelos moradores contemporâneos -; e o rio de águas claras, rio Andirá; proporcionaram aos primeiros grupos que se assentaram na área condições à subsistência.

#### **2.4 A terra: um elemento a se pensar**

Um dos pontos que deverá ser levado em conta é o terreno onde o sítio Freguesia está situado. A figura abaixo (**Fig.09**) mostra que o sítio Freguesia do Andirá localiza-se numa área Alta, não alagável, o que é típico do ambiente de terra firme. Sítios situados em terra firme estão geralmente em posição topográfica que permite boa visibilidade da área em torno, fator que possivelmente está ligada a estratégia do grupo.



**Fig. 09 – Área de terra firme**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

Há alguns anos o solo amazônico por sustentar uma das maiores floresta do mundo, era visto como rico em nutrientes. SIOLI (1951) retrata bem esse período dizendo “Até então, acreditava-se geralmente, por causa do aspecto majestoso, mas enganador, da floresta virgem, alta e frondosa, na fertilidade infinita destes solos”. A verdade é que o solo amazônico, solo

de terra firme, é extremamente ácido, e a “majestosa” floresta na realidade não cresce do solo, mas somente sobre o mesmo.

O interesse por solos na arqueologia se justifica quando partimos da premissa de que é no solo que estão imersos os remanescentes culturais. Estudos das modificações do território, da utilização dos recursos naturais, do impacto antrópico, do processo de formação e conservação de sítios arqueológicos, são desenvolvidos graças à contribuição das “Ciências da Terra” para a interpretação do contexto arqueológico (Honorato, 2009).

Mudando de assunto, porém, algo não menos importante, é a recorrência de TPI na paisagem de Freguesia do Andará. O sítio cadastrado no CNSA no ano de 2008, pelo Projeto Baixo Amazonas (PBA), é descrito como um sítio de terra preta, possivelmente de habitação.

De acordo com BALLÉ (2009) a cultura indígena da Amazônia tem perturbado e influenciado a diversidade de paisagens em uma variedade de substratos durante longos períodos de tempo. No pré – histórico tardio o homem da Amazônia transformou significativamente as paisagens em torno de seus assentamentos através de sua interação com o meio ambiente, resultando assim num solo tipicamente escuro, denominado Terra Preta de Índio (TPI) (Kern; Kampf; Woods; Denevan; Costa; Frazão, 2009).

A verdade é que várias são as denominações: Terra Preta de Índio (TPI), Terra Preta Arqueológica (TPA) ou simplesmente Terra Preta; solo encontrado num sítio com características marcantes, predominantemente escuro e fértil.

Embora tenha sido definida uma origem antrópica para a TPI (Smith, 1980), e a correlação de sítios arqueológicos à mesma, ainda são discutidos os fatores que levaram a formação desses sedimentos (Neves, 1999 - 2000). Sabe-se que a TPI se tornou um indicador de sítios arqueológicos, isso porque em diferentes regiões da Amazônia existem evidências que corroboram com a ideia da atuação humana na composição da mesma.

Embora esteja em processo de discussão a formação da TPI, sabemos que, através de análises de sua composição, existe um padrão de fatores aditivos que compõem este solo: o Fosfato, a cor, o Ph, o Ferro, o Cobre, o Carbono e o Nitrogênio. Aditivos esses, que passam a ser indicadores de atividades antrópicas na área a ser estudada.

Encontrado geralmente em sítios de TPI, o fosfato é um elemento químico que está presente em plantas, tecidos e, principalmente em ossos. Em seu trabalho Woods (2009) descreve a importância do fosfato no entendimento de ocupações humanas. O autor nos dá um exemplo de um estudo desenvolvido na Suécia nos anos 20, onde a Companhia Sueca Manufatureira de açúcar realizou um amplo levantamento de solo a fim de determinar suas potencialidades para o plantio de Beterraba. Foram então analisados meio milhão de hectares,

resultando em 500.000 amostras de solo. Como resultado, com base na análise dos dados, dispondo-os em mapas, observou-se que as maiores concentração de fosfato no solo derivam de três fontes: rochas, plantas, e humanos – No caso dos humanos, através de adições culturais e assentamentos -.

Outro elemento indicador das ações antrópicas no ambiente é a cor do solo. Segundo Woods (2009) a cor do solo é basicamente o resultado de matéria orgânica, dos teores de carbonato de cálcio e da concentração e estado de oxidação do ferro e manganês. Ressalta ainda que, os solos de assentamentos ricos em matéria orgânica são predominantemente mais escuros, mas com o passar do tempo ocorre uma perda contínua da cor escura.

Continuando a linha de raciocínio, o Ph é outro elemento químico comum na composição da TPI, apesar de não ser citado como resultado da ação humana, Woods (2009) o definiu como um dos elementos mais importantes encontrados na composição do solo.

A questão é que a TPI é bastante variável dentro de um mesmo sítio, sua condição – no caso, os elementos que a formaram - dependem de fatores como: diferença de intensidade, duração e a natureza das atividades culturais que a formou (Schmidt & Heckenberger, 2009). Com base na observação – através da identificação de áreas com concentração de material arqueológico, utilizando o dispositivo GPS - constatamos que o sítio Freguesia do Andirá tem em sua paisagem uma variação na intensidade da terra preta (**fig.10**).



**Fig.10 – Terra Preta de Índio (2016)**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

Na frente da comunidade a presença de TPI é mais intensa, porém com as ruas foram pavimentadas no ano de 2013 (Costa, Andrade e Silva, 2014), grande parte da terra preta foi retirada.

Nas palavras de SILVA (2010) a transformação do solo amarelado, típico da região, em solo preto, ocorreu devido ao acúmulo de deposição de resíduos orgânicos ou, também, pela atividade de limpeza ao redor do assentamento, já que grupos indígenas atuais limpam o ambiente onde estão com a finalidade de afastar animais considerados peçonhentos.

Outro material que faz parte da composição química da TPI segundo SILVA (2010), - com base em estudos na Amazônia Central, através de feições e restos de fogueiras escavadas em sítios da região – são os resquícios de carvão, que possivelmente estão associados à existência fogueiras domésticas próximas ao assentamento; o fogo é um elemento associado à proteção do grupo contra possíveis animais e insetos.

A existência de TPI no sítio Freguesia do Andirá está ligada à manipulação da terra através de distintas atividades realizadas pelos grupos que ali assentaram-se. As evidências materiais associadas a terra preta, possibilita que levantemos a hipótese de que a área foi local de intenso povoamento.

## **2.5 A água: Um elemento essencial à vida**

Nas palavras de SIOLI (1951) “um dos fatores mais importantes da natureza amazônica é a água”. É a água um elemento essencial na vida dos moradores da Amazônia, pois é nela que os mesmos se movem; os rios e lagos da região passam a substituir as estradas de terra, além de fornecer alimentação com os seus peixes, tartarugas, aves aquáticas etc.

A região amazônica é composta por três tipos de rios que são enquadrados segundo as suas respectivas cores e composições: os rios de água turva, barrenta, amarela, chamados de "água branca"; os rios chamados de “água preta”, escuro até marrom de café, ou marrom avermelhado; e por fim, os rios de “água limpa”, transparentes, de cor verde, verde-amarelo até verde escuro de oliva (Sioli, 1951).

O rio Andirá é um típico rio de águas limpas, esverdeado, quase que cristalino ao pôr do sol (**fig.11**). Os rios de águas claras têm um leito fluvial estável, suas cabeceiras estão em regiões geologicamente mais antigas e geralmente planas. A maior parte do curso dos rios de

águas limpas atravessa a floresta amazônica num leito definido e limitado por rochas mais ou menos duras associados ao ambiente de Terra firme.



**Fig.11– Pôr do sol nas águas majestosas do rio Andirá**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2015)**

O rio Andirá em seus extensos quilômetros sustenta uma diversidade cultural definida pelas nações indígenas, quilombolas e ribeirinhas que não se limita as fronteiras do Amazonas, e se aproxima do Estado do Pará. No caso do Distrito de Freguesia do Andirá, a ligação com o rio está associada tanto à subsistência quanto ao imaginário social da comunidade. Na obra de RANCIARO (2004), há um pequeno trecho extraído do trabalho de TOCANTIS (2000) que descreve a relação “íntima” que o morador ribeirinho tem com o rio.

O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia, cujo destino está entregue aos caminhos que andam [...]. O rio enchendo a vida do homem de motivações, é o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional [...]. O rio, sempre o rio unido ao homem, em associação quase mítica. (Ranciaro, pág.27; 2004)

Uma obra que se tornou referência sobre as comunidades ribeirinhas do rio Andirá, é o livro *Andirá: Memórias do Cotidiano e Representações Sociais* (2004), da autora Maria Magela Mafra de Andrade Ranciaro que traz um retrato da essência de vida das comunidades

ribeirinhas à margem do rio Andirá, incluindo o Distrito de Freguesia do Andirá, através de perspectivas sociais e culturais que podem ser associados aos povos pretéritos da região.

Em alguns trechos do livro são narrados relatos de moradores antigos que descrevem o rio e a floresta como áreas antigamente fartas de peixes e caças, e que hoje, já não mais é devido à pesca e caça desenfreada.

... Hoje, não existe mais aquela fatura que existia. As tartarugas gostavam de sol, e quando o tempo estava muito quente elas ficavam espalhadas nessas beiradas de praias. Tracajá era a mesma coisa, era até mais fácil apanhar o tracajá do que a tartaruga. (relatos de um morador. Ranciaro, 2004, pág.7).

A questão aqui é que, se imaginarmos como era o ambiente antes da chegada da missão jesuítica na área, podemos ter uma noção, mesmo que mínima, sobre como os povos pretéritos se relacionavam com o meio em que viviam. O caso citado acima é sou um dos muitos relatos que se têm sobre a abundância de espécies de animais que na área do Andirá, inclusive de freguesia, existia. Possivelmente os grupos se assentaram na região presenciaram essa realidade.

## **2.6 Uma típica vegetação não nativa**

A vegetação encontrada no sítio é uma floresta do tipo secundária, já muito manipulada, as espécies em sua maioria não são nativas, o que reflete a apropriação do espaço por aqueles que não eram do lugar. Porém, mais adiante, as matas que circundam a comunidade são florestas ombrófilas densas e abertas (Noronha, 1996), típicas da terra firme.

No sítio Freguesia do Andirá identificou-se – através da observação da paisagem local, nos dias em que se sucederam as etapas de campo – que a vegetação predominante não é a originária. Entre as goiabeiras (*Psidium guajava* L.), as aceroleiras (*Malpighia emarginata*), vegetação de porte pequeno, há uma que se sobressaiu, é a mangueira (*Mangifera indica* L.) (**Fig.12**).



**Fig.12 – A vegetação local**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2015)**

Nos séculos XV e XVI as viagens marítimas impulsionadas pela competição entre os países europeus (Portugal, Espanha e Veneza) com o objetivo de encontrarem centros produtores de especiarias e se tornarem potências, teve como consequência a introdução de espécimes vegetais em áreas antes desconhecidas - as colônias -. Com efeito, hoje podemos evidenciar a presença de inúmeras espécies vegetais que foram manipuladas por essa dinâmica de poder (Lopes, 2009).

Quando aqui chegaram, os europeus se depararam com um povo dono de hábitos alimentares desconhecidos baseados nas frutas nativas da região. A informação que tinham era que aqueles indivíduos (Tupis) comiam o que a terra e as árvores lhes proporcionavam, como inhame, sementes e frutos.

Segundo Warren Dean (2001), num primeiro momento a transferência de espécimes vegetais de outras áreas para o Brasil colonial ocorreu devido ao preconceito que os portugueses tinham em relação à comida indígena (nativa) da região. Logo depois, algumas espécies que aqui chegaram foram introduzidas com um propósito comercial. Conseqüentemente essa ação impulsionou a demanda de variedades de frutas nativas de outras regiões do mundo aqui no território brasileiro, e dentre muitas, encontramos uma das espécies que mais se propagou pelos estados brasileiros, inclusive para a Amazônia, a mangueira (*Mangifera indica L.*).

## 2.7 A cerâmica como elemento cultural na paisagem local

Por um longo período a região Amazônica não despertou interesse de pesquisadores na área da arqueologia, isso porque os “olhares” se voltavam à grandeza das cidades andinas (Batista, 2007). Entretanto, o fato da região ainda ter povos nativos (tradicionais) enriquece a possibilidade de uma interpretação arqueológica mais significativa.

A arqueologia interpreta os vestígios do passado através da identificação dos agentes que influenciaram a construção do contexto cultural. Dessa forma, a pesquisa arqueológica não se limita ao tempo, isso é, considera qualquer objeto de pesquisa aquilo que revele sua marca no tempo através de pontos específicos que sejam passíveis de análises.

Para explicar o que estamos a discutir, tomemos como exemplo uma escavação. Em uma escavação nos deparamos com três tipos de processos que formam um contexto arqueológico: o físico, o biológico e o cultural. O primeiro é o resultado de fenômenos que fazem a erosão do solo, que indica a não manipulação do homem naquele lugar; o segundo é o biológico que surge no contexto a partir das ações dos animais, como por exemplo, ossos e excrementos de origem animal; já o terceiro é quando existem resquícios da atividade cultural realizada pelo homem, pedras, restos de alimentos são exemplos da atuação do mesmo neste espaço.

O que frequentemente identificamos em um contexto arqueológico é denominado de vestígio; objetos que se reduziram a meros pedaços de pedra, osso, vidro, metal, cerâmica e que atuam na paisagem. É através desta definição que abordaremos a cultura material neste trabalho, partindo do princípio que são remanescentes culturais.

Remanescentes (restos) são objetos que podem ser recolhidos de um lugar para o outro e inseridos em um local que não seja o seu contexto de origem, como por exemplo, em laboratórios e museus (Child, 1977). Visto que há essa transitoriedade do objeto, podemos afirmar que remanescente designa culturas que são móveis, no sentido de existir uma locomobilidade do objeto partindo das ações do indivíduo que o encontra.

É importante ressaltar que na arqueologia a compreensão das manifestações culturais que constituem o objeto de estudo (cultura material), somente é válida porque leva em consideração o contexto, ou seja, é através do contexto que deciframos o processo de apropriação e fabricação de um artefato (Child, 1977).

Os espaços (contextos) onde são encontrados os remanescentes arqueológicos nos fornecem informações passíveis de serem analisadas quando lidamos com a cadeia de produção do artefato. Um lítico que esteja isolado em relação a outros líticos, que não seja associado a algum tipo já definido, poderá ser analisado com base em seu processo de fabricação. A partir da análise da cultura material o arqueólogo, levando em consideração o contexto, é capaz de inferir sobre as escolhas técnicas das pessoas que o fabricaram.

A Amazônia é referência no estudo voltado para o entendimento das formas organizacionais das sociedades. Desde os primórdios da arqueologia amazônica, uma fonte de pesquisa tornou-se importante no que tange o entendimento das práticas culturais de povos passados: a cerâmica. Foi então, a partir desta fonte, que as pesquisas mais sistemáticas na Amazônia iniciaram-se.

Nas décadas de 50 e 60 os arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans tiveram grande influência na arqueologia pioneira da região. Influenciados, principalmente, pelas ideias propostas pelo antropólogo Julian Steward, apresentadas no *Handbook of South American Indians* (1946-1956), acrescentaram às suas pesquisas um viés neoevolucionista e o conceito de determinismo ecológico para explicar a ocupação humana na Amazônia. Segundo Steward, a adaptação e mudanças culturais em sociedades pretéritas se relevaram através da influência do meio ambiente (Rosa, 2008).

As pesquisas do casal se intensificaram na região de Belém, mais precisamente na ilha de Marajó. Defendiam desde o início da carreira que a decadência da cultura marajoara devia-se ao fato de que a mesma não era da região. Desenvolveu-se na região andina do Equador e Colômbia, mas ao migrar para o nordeste da Ilha de Marajó, não estavam mais em terras fecundas e foram regredindo devido à falta de alimento, limitado pelo ambiente amazônico.

Na visão de Meggers e Evans, uma determinada sociedade só poderia chegar a certo estágio cultural se o meio ambiente permitisse, já que o nível cultural está diretamente ligado ao potencial agrícola do ambiente em que vivem. Ou seja, é o ambiente que passa a representar a variável que limita o crescimento populacional, a produção de alimentos e o desenvolvimento cultural (Rosa, 2008). BARRETO (2000) descreve essa visão:

Meggers propôs que as condições ambientais da várzea amazônica impediram o desenvolvimento local de sociedades complexas. Com poucos recursos protéicos e um potencial agrícola reduzido (os solos anualmente lavados das várzeas impossibilitam uma agricultura além da coivara de mandioca), as várzeas amazônicas impunham um teto demográfico baixo às populações locais que, assim como as populações indígenas atuais, não poderiam ter ultrapassado as formas simples de assentamento e organização social em pequenas aldeias autônomas. (BARRETO, 1999-2000, pág.44)

Podemos afirmar que Meggers e Evans foram dois pioneiros que apesar de refutado anos mais tarde o seu trabalho, deixaram um legado que hoje se reflete nas pesquisas mais atuais da região, o conceito de tradição empregado nos conjuntos cerâmicos. Segundo ROSA (2008) basearam-se no método organizado por Willey e Phillips para estabelecer culturas, horizontes e tradições arqueológicas.

Cultura, em arqueologia, designa uma associação de objetos de diferentes tipos, com padrões tecnológicos semelhantes que se repetem com certa frequência no espaço tempo semelhante. Horizonte consiste em grupos de elementos ou técnicas que se distribuem espacialmente em tempo relativamente curto. Tradição consiste no grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal, uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros e formam uma continuidade cronológica. Fase representa qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitações, etc., relacionados num determinado tempo e espaço, num ou mais sítios. (ROSA, pág.67,2005)

É clara a contribuição do casal no que tange o desenvolvimento da ciência arqueológica na região da Amazônia. No entanto, não podemos deixar de citar outro personagem importante, que apesar de nunca ter pesquisado no solo da Amazônia brasileira, fora alguém que contribuiu no que diz respeito à solidificação de dados sobre o antigo homem da região.

Enquanto Meggers afirmava que restrição do desenvolvimento cultural na Amazônia deu-se através de limitações ambientais, na década de 70, outra visão contribuiu com o desenvolvimento da arqueologia amazônica, o então pesquisador da Amazônia Andina, Donald Lathrap. O mesmo defendia a ideia de que as cerâmicas mais antigas da América deveriam ser procuradas nas áreas de floresta tropical, em partes da Amazônia ou Colômbia (Neves, 2000).

Em sua obra “O Alto Amazonas”, Lathrap afirma que a colonização da Amazônia por populações ceramistas poderia ser entendida como a dispersão de grupos étnicos ligados a dois troncos linguísticos principais: Arawak e Tupi. Neste caso, tradições como a policroma e a barrancóide, estariam correlacionadas com falantes da família Tupi-guarani e Maipuran do tronco Arawak.

Lathrap, diferente de Meggers, através de seus estudos no Alto Amazonas, acreditava que o homem da região se desenvolvera com base em fatores como, por exemplo, a floresta e o rio.

As duas características predominantes da ambiência da bacia superior do Amazonas são a rede de gigantescos rios que irrigam a região e a abóbada quase

contínua de floresta que a cobre. Nenhuma outra zona de floresta tropical ocupa uma área tão extensa como a do Alto Amazonas e nenhuma rede hidrográfica do mundo desloca volume de água que se aproxime sequer daquele que todos os anos corre no Amazonas. Desde que o homem penetrou nesta região, estes dois factores têm influenciado de forma primordial o seu modo de vida. (LATHRAP, pág.22, 1970)

A floresta passou a ser vista como fonte de subsistência, isso é, era através da floresta que os primeiros habitantes da Amazônia fabricavam seus artefatos de pesca, caça e guerra, assim como também tiravam da floresta seus alimentos. Por outro lado, o rio propiciava uma forma de interação entre os grupos através da comunicação e troca. Dessa forma, a combinação desses fatores promoveu um extraordinário nível cultural (Pedrosa, 2008).

Apesar de ambos (Meggers e Lathrap) apresentarem modelos interpretativos contraditórios, os dois estão inseridos numa linha de pesquisa que levanta questões ambientais para determinar os padrões de assentamento e desenvolvimento cultural. O que não foi muito diferente com Anna Roosevelt nos anos 90, que apresentava vários dados contraditórios ao modelo de Meggers, mas que permanecia nessa dicotomia entre várzea e terra firme tendo como ponto de partida a análise cerâmica (Lima, 2008).

Há anos a região Amazônica vem sendo palco de inúmeras pesquisas voltadas para entender como se deu a relação entre homem e natureza, as pesquisas citadas acima tiveram como ponto de partida o elemento cerâmico. A quantidade de evidências das ações que povos pretéritos deixaram por aqui é extraordinária, é claro que nem todas essas evidências são encontradas, porém a cerâmica é a mais comum na região, o que justifica a sua escolha para entender o processo de desenvolvimento dos povos da Amazônia.

A diversidade de grupos indígenas existentes na região que se relacionam com a natureza de forma dinâmica e na natureza reproduzem suas culturas, nos faz questionar se o processo seria parecido também no passado. Pode-se admitir que no passado o processo fosse similar, as casas feitas de palha, as canoas de madeira, as hortas “medicinais” próximas ao assentamento, a colorida plumária, tecidos pintados por pigmentos vegetais, armas e equipamentos feitos de bambu e por fim, a cerâmica. De uma forma anacrônica, imaginemos que no passado havia tudo isso, mas é aí que nos indagamos. Por que não encontramos essa variedade cultural no contexto amazônico? Nas palavras de RAYMOND (2009), os fragmentos cerâmicos são os únicos resquícios da atividade humana no passado que se perpetua no ambiente amazônico, isso se deve ao fato de que o solo amazônico tem um nível ácido alto, o que prejudica a preservação de materiais de origem orgânica.

No estudo do passado amazônico as cerâmicas têm servido como guia fundamental na identificação e delimitação geográfica dos grandes complexos culturais e distribuição das

tradições regionais, contribuindo com uma compreensão mais holística sobre o passado (Lima & Barreto, 2016). O sítio Freguesia do Andirá é predominantemente cerâmico. Caminhando pela paisagem local conseguimos avistar os “cacos cerâmicos” aflorando em superfície. Nas travessas (ruas) e praias o material fica exposto geralmente após períodos chuvosos. No caso das travessas que não foram pavimentadas o material vem à tona porque a chuva incide sobre o terreno e transporta grande parte dos fragmentos cerâmicos para a praia, acarretando nas cerâmicas mudanças estruturais impostas pela dinâmica do rio (**Fig.13**).



**Fig.13 – Fragmento cerâmico oxidado**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2015)**

Nos dias em que se sucederam as visitas ao campo de pesquisa, identificamos na paisagem local a predominância de material cerâmico em superfície associado às manchas de terra preta. Através de um dispositivo GPS (Global Positioning System) georeferenciamos as áreas com maiores concentrações de material, e obtivemos como resultado, que a área com maior predominância de material em superfície é a parte frontal do sítio, próximo à margem do rio Andirá.

A informação citada acima corrobora com os relatos de alguns moradores que afirmam que a frente da comunidade era um antigo cemitério indígena. Há alguns anos uma equipe de trabalhadores que escavavam a área para trabalhar nas tubulações da comunidade encontraram uma espécie de “pote cerâmico”, logo, imaginaram ser um pote que continha ouro. Porém, ao abrirem o recipiente, se depararam com ossadas, provavelmente humana. A verdade é que, não sabemos se era realmente um cemitério, mas observamos que grande parte do material em

superfície está localizada em áreas específicas que moradores relatam, inclusive na frente da comunidade (**Fig.14**)



**Fig.14 – Concentração de material arqueológico em superfície**  
 Fonte: PINTO, L.C. (2017)

Na ficha de cadastro (CNSA) disponibilizada no portal eletrônico do IPHAN, existe a informação de que o sítio era possivelmente de habitação. A existência da Terra Preta e as culturas encontradas em superfície, a primeiro momento, confirmam essa hipótese.

A imagem abaixo (**Fig.15**) é um recipiente cerâmico encontrado por um morador local. A morfologia da vasilha cerâmica pode estar relacionada com as atividades do grupo que a fabricou. Possivelmente este recipiente era para consumo de alimentos, o diâmetro da boca em relação a base, a parede aparentemente fina, a dimensão pequena do objeto, a falta de elementos decorativos bem elaborados (Silva, 2016) , são características que sugerem que a vasilha era utilizada para atividades relacionadas ao consumo de alimento diário. Foram encontrados outros recipientes com características bem marcantes e que são parecidas com a primeira figura, fazem parte da mesma coleção; esses atributos, a dimensão pequena, a boca larga, facilitaria o acesso ao alimento e a manipulação da vasilha (Silva,2016).

No ano de 2004 o sítio Freguesia do Andirá foi cadastrado no CNSA como sítio habitação, as vasilhas encontradas podem validar essa informação. No entanto, para que tenhamos uma compreensão mais precisa sobre o sítio será necessário um estudo mais aprofundado da cultura material, onde , através de uma análise laboratorial, possamos apontar

quais foram as atividades realizadas neste sítio. Seja habitação ou ritualístico, as culturas encontradas em superfície incidem numa utilização espacial do sítio para diversas atividades ligada ao universo cultural dos povos que por ali se assentaram.



**Fig.15 – Recipiente cerâmico**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

## **CAPÍTULO III - INTERPRETAÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE MORADORES E OS REMANESCENTES ARQUEOLÓGICOS NO SÍTIO FREGUESIA DO ANDIRÁ**

As comunidades tradicionais e contemporâneas assentadas em sítios arqueológicos no ambiente amazônico caracterizam o espaço como um local de contínua construção cultural, isto é, muitos dos que moram hoje nessas áreas não são descendentes diretos daqueles que produziram a cerâmica e o lítico do passado, mas associam o que encontram – dependendo exclusivamente da identidade do grupo para existir uma associação (aproximação) com o passado através da cultura material em evidência – os remanescentes aos seus ancestrais, ou até mesmo denominam como simples “coisas” que encontram em seu dia a dia (Bezerra, 2013).

### **3.1 As coisas do passado: Cerâmicas de índio? Bichinhos de Barro?**

O estudo na arqueologia nada mais é do que a interpretação que se infere sobre a totalidade material apropriada pelo homem. O artefato, produto do trabalho humano, possui duas facetas segundo FUNARI (1988), no qual o objeto pode ser visto de forma associada a sua utilidade e ao seu valor simbólico.

Trazendo isso para a realidade da comunidade Freguesia do Andirá, podemos suscitar que a materialidade (remanescentes arqueológicos) mesmo que tenham sido feitas num passado distante com um propósito específico, ao ser ativa na comunidade, através de contatos distintos, são (re) significadas e o seu valor simbólico é associado com a vida social da comunidade. Por exemplo, uma urna funerária, antes vista pelos seus fabricantes como algo ligado à vida pós – morte, associada imaginário do grupo que a fez; no agora, o desconhecimento prolifera enriquecendo a imaginação do comunitário na interpretação do seu passado com base nas suas experiências de vida.

Partindo do princípio de que a memória é a capacidade de reter informações e experiências do mundo exterior, onde através da relação entre o presente e eventos pretéritos podemos extrair novos conceitos e valores (Chauí, 1995), a comunidade Freguesia do Andirá constitui um vínculo com os remanescentes arqueológicos que permeiam os discursos relativos ao passado, e incitam a uma memória coletiva.

Várias são as formas de interação, porém identificamos que existem alguns sujeitos específicos que mais têm contato com os vestígios arqueológicos: as crianças, os mestres de obras e alguns colecionadores; ressaltando que não significa que outras pessoas não tenham o contato. A partir da observação e interação com a comunidade evidenciamos que moradores de diferentes classes sociais, faixa etária, gênero, manipulam o material arqueológico de forma diversificada.

Ao longo da pesquisa de campo conseguimos identificar que grande parte da comunidade já não tem em seus lares o que denominamos de patrimônio arqueológico, porém, observamos que as “coisas” encontradas por eles, estão intrinsicamente ligadas aos relatos coletivos, inclusive associados a infância. A infância passa a ser a fase onde o sujeito é iniciado ao contato com o material arqueológico.

As crianças denominam o patrimônio arqueológico como “bichinho de barro”, relatam as suas experiências enquanto crianças, onde escavam seus quintais e brincam com o que a terra lhe provém. Em seu trabalho Bezerra (2013) discuti a importância de se considerar o domínio sensorial, particularmente a natureza tátil.

Em um museu, por exemplo, os visitantes desejam tocar os objetos e verificar a sua verdadeira natureza, o que acaba acarretando num vínculo entre o visitante e o objeto. Segundo BEZERRA (2013) é assim que acontece com os comunitários e moradores de um sítio arqueológico, o toque passa a ser um elemento significativo que influencia na exploração e reconhecimento do mundo que os cercam. “As mãos e os dedos operam como instrumentos de exploração, de verificação, de construção de conhecimento” BEZERRA (2013).

Outro grupo identificado a partir de uma observação participativa foram os mestres de obra. Os mesmos relatam que é comum encontrar essas “cerâmicas de índio” quando estão construindo moradias, escavando poços, fossas e abrindo buracos na terra para diferentes atividades (**Fig.16**).



**Fig.16 – Mestre de obra**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

Os dois primeiros grupos citados anteriormente estão ligados porque correspondem a atividades realizadas na terra. A terra passa a ser o elemento que liga as pessoas ao material arqueológico. O contato com a terra é importante para essas comunidades, pois implicam numa relação tátil com o que nela são encontrados, os restos arqueológicos, as “coisas” do passado.

E por último, não menos importante, os colecionadores. Esse último grupo se diferencia dos outros, já que a interação não se dá através de uma atividade que leve em conta o elemento terra; os dois grupos citados anteriormente estão ligados porque correspondem a atividades realizadas na terra, onde o material arqueológico é achado fortuitamente. No caso dos colecionadores que identificamos em Freguesia do Andirá, a interação com os remanescentes arqueológicos, se dá muitas vezes através do interesse dos mesmos em procurar, conhecer e colecionar.

Destacamos que entre os colecionadores um se sobressaiu, pois guardava em sua casa um grande número de material arqueológico, incluindo cerâmicas e líticos. O mesmo já se tornou referência na comunidade quando questionamos sobre a existência de algum morador que tenha esses materiais em casa. No entanto, para que pudéssemos ter acesso à coleção do

morador foi preciso insistência, já que o “dono” não estava na comunidade, além de ter deixado bem claro que não permitia o acesso ao material e nem fotografias.

Nas inúmeras tentativas de entrar em contato com esse colecionador, outros moradores locais relatavam e explicavam o porquê de o mesmo limitar o acesso ao material. Moradores afirmam e inclusive, o próprio colecionador nos confirmou posteriormente, que há alguns anos uma equipe de pesquisadores chegou à área e ofereceu dinheiro em troca das peças, porém o mesmo não aceitou a proposta. No entanto, como resultado, o mesmo teve a iniciativa de tentar se neutralizar em relação a isso, privando o acesso ao material.

Na última ida ao encontro de nosso objeto de pesquisa (o sítio Freguesia do Andirá), conseguimos ter acesso à coleção. O comunitário afirma que há anos coleciona as “coisas” arqueológicas, inclusive estima-se ter mais de 1.000 peças arqueológicas. O material fica armazenado numa espécie de saca plástica (**Fig.17**), onde as peças são sobrepostas uma por uma, o que acarreta na estrutura dos materiais grande impacto.



**Fig.17 – Saco plástico onde estão guardadas as cerâmicas**  
**Fonte: Moisés Barbosa (2017)**

Os indivíduos participam da mesma cultura de maneira diferente (Laraia, 1986), é o que acontece com os moradores de Freguesia do Andirá, a forma que os mesmos acabam achando o material arqueológico está ligada as atividades exercidas por eles em seus espaços de convívio, o qual depende de ordens cronológicas ou estritamente culturais.

Desde as crianças até trabalhadores e colecionadores, isso implica num universo marcado por ordens cronológicas (idade) e culturais. As crianças (re) significam aquele material e utilizam como se fossem brinquedos achados em seus quintais, os trabalhadores

(mestres de obra) associam aquilo ao seu trabalho e os colecionadores, pela afetividade ligada à decoração do material e a curiosidade pessoal, ativam aquilo que estava “morto” e lhes dão novamente a vida quando se apropriam do material.

### **3.2 O patrimônio em construção: A relação da comunidade com as coisas do passado**

A palavra patrimônio está entre as palavras que mais utilizamos no dia a dia, falamos de patrimônio imobiliário, patrimônio econômico, financeiro, no caso dos arqueólogos, do patrimônio arqueológico. O que segundo GONÇALVES (2009) “parece não haver uma limitação para esse termo”.

São apontados como patrimônio e, portanto passíveis de tombamento, segundo a legislação brasileira, através da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, os tipos de vestígios arqueológicos que representem testemunhos passados da nação brasileira. No artigo 2º consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) os sítios quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, laspas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” ou “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

A legislação arqueológica transita em um universo distante da realidade de um interiorano, morador de uma comunidade tradicional, onde muitas vezes a interação com o material arqueológico se dá através de simples atividades do dia a dia.

No caso de Freguesia do Andirá, muitas das pessoas que vivem e interagem com os remanescentes, não sabem o que é a arqueologia, nem mesmo se existem leis que respondam por aquilo que eles denominam: “cerâmica de índio”, “bichinhos de barro”. Porém, a relação

estabelecida com esses remanescentes é diária. Achados fortuitos despertam a atenção daquilo que é desconhecido como patrimônio, mas apreciado por ser belo e diferente.

A lei 3.924 de 28 de Julho de 1961 é bem clara no que concerne à proteção do patrimônio arqueológico, em seu artigo nº 5, diz que será considerado crime contra o patrimônio nacional qualquer ato que importe na destruição dos monumentos, expostos no artigo ° 2. Porém, como punir quem não conhece?

Os ribeirinhos da Amazônia, aqui no caso, os moradores de Freguesia do Andirá, não conhecem as leis que estão por trás das “coisas” que os mesmos encontram diariamente, muito menos reconhecem aquilo como um patrimônio. Porém, a relação que estabelecem com esses remanescentes é enriquecida pela memória coletiva da comunidade, que já associam o seu passado ao que encontram em seus espaços de convívio, os remanescentes arqueológicos (as coisas).

As pessoas fazem o patrimônio existir. Por quê? Porque a partir do momento em que há uma relação entre o indivíduo e o objeto, mesmo que seja de forma indireta, o objeto se torna um mediador entre o passado e o presente. Mediador porque está ativo no cotidiano da comunidade e influenciando o discurso acerca do passado. Segundo FUNARI (1988), o artefato quando inserido no contemporâneo a partir de uma apropriação casual é reintegrado e passa a exercer uma nova função nas relações sociais que fora inserido.

### **3.3 Como preservar? Uma proposta válida quando lidamos com as “coisas do passado”**

Nos dias em que se sucederam a visita ao campo de pesquisa, observamos que grande parte dos remanescentes arqueológicos estão sofrendo contínuos processos de degradação, seja pela dinâmica da água ou por atividades antrópicas ligadas a expansão da comunidade.

No ano de 2013 as áreas com maiores concentrações de materiais arqueológicos em superfícies foram destruídas por causa da pavimentação das travessas (ruas). Chegamos á essa conclusão porque identificamos que o sítio Freguesia do Andirá tem em seu terreno material disperso principalmente na frente, próximo à margem do rio Andirá.

A imagem abaixo (**Fig.18**) é provavelmente um recipiente cerâmico, localizado em uma das travessas. Podemos observar as bordas e o formato circular, porém encontra-se em uma área já bastante compactada por conta da circulação dos moradores.



**Fig.18– Possivelmente um recipiente cerâmico**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

Por outro lado, também há a utilização da areia para construção de casas de alvenaria, essa movimentação da terra acarreta a perda de material arqueológico (**Fig.19**). Como citado anteriormente, no caso das travessas que não foram pavimentadas o material vem à tona porque a chuva incide sobre o terreno e transporta grande parte dos fragmentos cerâmicos para a praia, acarretando nas cerâmicas mudanças estruturais impostas tanto pela dinâmica do rio quanto pela ação antrópica, no caso da antrópica, seria a remoção da areia junto com os fragmentos cerâmicos.



**Fig.19– Remoção de areia para construção de moradias**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

Os remanescentes culturais sofrem contínuos processos de degradação e destruição causados pela ação do intemperismo físico, químico, bem como, a ação antrópica. Mediante a perda da história através da não valorização da cultura material, nos é preciso reconhecer que a visão contemporânea da cultura material através daqueles que interagem com o patrimônio de forma a torná-lo como algo comum em seu meio social, é de suma importância para a sua valorização.

Como proposta, por que não elaborar uma espécie de “museu comunitário”? .O colecionador citado acima tem em sua moradia mais de mil peças arqueológicas, dentre as quais podemos destacar apliques cerâmicos (**Fig.20**) e (**Fig.21**).



**Fig.20– Um aplique zoomorfo**  
**Fonte: Moisés Barbosa (2017)**



**Fig.21– Possivelmente um aplique zoomorfo**  
**Fonte: PINTO, L.C. (2017)**

Sabendo que os remanescentes arqueológicos são fontes importantes de informações no que diz respeito à história, a cultura e memória das populações pretéritas, sejam esses vestígios cerâmicas arqueológicas, ferramentas líticas dentre outros, por que não incentivar a criação de um local onde possa ocorrer a interação com o material? Porém, não visto como um patrimônio segundo nossos preceitos e sim, com base na vivência deles. Por que não criar um local onde posso ser valorizado tanto o material quanto a memória coletiva da comunidade?

Essas são questões que nos fazem refletir sobre a legislação vigente. A lei 3.924 (Capítulo IV: art.17; art.18; art.19) que orienta a ação que deve ser tomada em caso de achados fortuitos. As descobertas fortuitas devem ser comunicadas imediatamente ao órgão competente (IPHAN). Em casos de achados fortuitos, o ocupante ou proprietário do local, é responsável pela conservação “provisória” da coisa descoberta. Porém, como explicar, no caso de Freguesia do Andirá, ao morador que guarda no interior de sua casa há anos esses remanescentes, que aquilo não lhe pertence e sim, à união?

Como podemos chegar a uma comunidade amazônica e lhes dizer que o material que já faz parte dos discursos nativos destas pessoas sobre o passado, deverá ser doado á um local

de guarda, onde o vínculo muitas vezes é só institucional. Até quando isso será provisório? O que nos faz pensar como possível solução seria a arqueologia colaborativa, onde arqueólogos e comunitários trabalhem mutuamente na criação de uma arqueologia mais abrangente.

### **3.3 Considerações Finais**

O cotidiano da comunidade (Freguesia do Andirá) é marcado pela presença de remanescentes arqueológicos, muitas vezes desconhecidos, mas que estão ali influenciando o discurso dos moradores acerca do seu passado. Ou seja, é possível afirmar que quando nos deparamos com um sítio arqueológico é necessário um estudo que considere a relação do contemporâneo com o passado, já que os dois se entrelaçam de uma forma que o presente seja não o fim e sim, a continuidade daquele passado que existe e está atuando no contemporâneo, os remanescentes arqueológicos.

Quando trabalhamos com comunidades e buscamos nelas o conhecimento, estamos dando voz às mesmas, no sentido de que a valorização das diferentes visões sobre a cultura enriquece os discursos científicos e trazem à tona o que não deve ser visto como uma mera fonte, afastando-nos de vez de uma visão colonialista.

A presente pesquisa teve como objetivo instigar pesquisas arqueológicas na área do rio Andirá, assim como fomentar a preservação desses remanescentes que compõe o cenário que aqui é visto de forma associada, abordando tanto a paisagem local quanto levantando questões sobre a interação das pessoas com o que encontram em seus espaços, sejam “bichinhos de barro”, “cerâmica de índio”, “pote de ouro”.

## REFERÊNCIAS

- BALÉE, W. 2009. **Culturas de Distúrbio e Diversidade em Substratos Amazônicos**. Editado por W. G. Teixeira, D. C. Kern, B. E. Madari, H. N. Lima, and W. I. Woods. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.
- BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena P.; JAIMES BETANCOURT, Carla (Orgs.). **Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/IPHAN, 2016.
- BARRETO, C. **A Construção de um Passado Pré- Colonial: Uma Breve História da Arqueologia no Brasil**, Dossiê antes do Cabral: Arqueologia Brasileira I, Revista USP, 2000, 32-51.
- BARRETO, C. 1999. **Arqueologia Brasileira: uma perspectiva histórica e comparada**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo (no prelo).
- BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado: uma introdução à Arqueologia**. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. – 2ed. MANAUS: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BELÉM DA COSTA, L. F., Vasconcelos Andrade, F. y Muniz da Silva, C.: **"O rural e o urbano na Amazônia: um estudo das transformações socioespaciais no distrito de Freguesia do Andirá no Município de Barreirinha-AM/ Brasil"**, en Contribuciones a las Ciencias Sociales, Octubre 2014.
- BARRETO, C., **A Construção de um Passado Pré- colonial: Uma Breve História da Arqueologia no Brasil**, in Dossiê antes do Cabral: Arqueologia Brasileira I, Revista USP, 2000, 32-51.
- BETENDORF, J.F., **Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus**, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1910.
- BEZERRA, Marcia. **Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia**. . Revista de Arqueologia Pública n. 7, Campinas-São Paulo, p. 107-122, 2013.
- BEZERRA, M. **Bicho de Nove Cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil**. Revista de Arqueologia, São Paulo, n. 21, v. 2, p. 139-154, 2008.
- BRANCO, Samuel Murgel. **O desafio Amazônico**. Ed. 16ª, ver. Amp. São Paulo: Moderna, 1995.
- BRASIL. Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961. **Considera patrimônio os tipos de vestígios arqueológicos que representem testemunhos passados da nação brasileira**, 1961.

CABRAL, M. P e M. SALDANHA. 2009. **Um sítio, Múltiplas Interpretações: O caso do chamado “Stonehenge do Amapá”**, in Revista de Arqueologia, vol. 22. pp. 115-123.

CERQUA, D. A. **Clarões de fé do Médio Amazonas**. 2. Ed. Manaus: Pro Graf-Gráfica e Editora, 2009.

CHAUÍ, M. S. **Convite à Filosofia**. 3 ed. São Paulo : Ática; 1995.

CHILD, Gordon **Introdução à Arqueologia**. 2 ed. Tradução: Jorge Borges de Macedo. Portugal: Publicações Europa-América, 1977.

DEAN, Warren. **A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 216-228.

FAGUNDES, M. 2009. **O conceito de paisagem em arqueologia – os lugares persistentes**. Holos Environment, 09 (02), pp. 135-149, 2009.

FERNANDES, T.C. **Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre a arqueologia Pública no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). – Museu de Arqueologia e Etnologia da universidade de São Paulo, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Ática S. A, 1988.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOMES, Denise M. C. 2013. **“Metodologia da pesquisa arqueológica: uma introdução”**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências Humanas), 8(3): 513-516.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O Patrimônio como categoria de pensamento**. In. Abreu, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro : Lamparina, pp.25-33,2009.

HONORATO, Laina da Costa; **Arqueologia da Paisagem e Geoarqueologia: Experiências em Projetos de Pesquisa**. UNESP-Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009.

HOWELL, L. A. **Arqueologia na confluência: Interseções críticas entre ciência e comunidades na Amazônia**. In: LIMA, H.P. (Org). **Fronteiras do passado. Aportes interdisciplinares sobre a Arqueologia do Baixo Rio Urubu, Médio Amazonas, Brasil**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2013.

Kern, D. C, N. Kämpf, W. I. Woods, W. M. Denevan, M. L. Costa, e F. J. L. Frazão. 2009. **Evolução do conhecimento em Terra Preta de Índio, in As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Editado por W. G. Teixeira, D. C. Kern, B. E. Madari, H. N. Lima, and W. I. Woods, pp.72-81. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.

LARAIA, Roque De Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA- AM, 2004.

LOPES, L.M.S. **A alimentação no Brasil Colônia**. Trabalho de Conclusão de Curso de História, UNISALESIANO Centro Universitário Católico Salesiano, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 9 ed. Manaus: Valer, 2000.

LATHRAP, Donald W. **The Upper Amazon**. Ed. Praeger: New York, 1970.

LEITE, G. C; SOUZA, O. S. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: cultura, trabalho e economia no Distrito de freguesia do Andirá no município de barreirinha-Am**, 2016.

LIMA, H. P. 2008. **História das Caretas: a tradição Borda Incisa na Amazônia Central**. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, H.P. & B. MORAES, B. 2013. **Arqueologia e comunidades tradicionais na Amazônia**. Ciência e Cultura: 39-42.

MORGAN J. SCHMIDT; MICHAEL J. HECKENBERGER. 2009. **Formação de Terra Preta na Região do Alto Xingu: Resultados Preliminares**. Editado por W. G. Teixeira, D. C. Kern, B. E. Madari, H. N. Lima, and W. I. Woods, p.103. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.

NEVES, E. G, “**O Velho e o Novo na Arqueologia Amazônica**”. Revista USP. 44: 86-111, 1999-2000.

PEDROSA, T. **Arqueologia e Interpretação: A criação de dois modelos arqueológicos para a Amazônia**. Porto Alegre, PUCRS/ PPG em História, 2008.

RANCIARO MMMA. **Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais**. Manaus: EDUA; 2004.

RAYMOND, J. S. 2009. **Dos fragmentos às vasilhas: um primeiro passo para a construção de contextos culturais na arqueologia da floresta tropical**. Amazônica Revista de Antropologia 1 (2): 512-535

ROSA, C. S. **Ilusão e Paraíso: História e Arqueologia na Amazônia (1948- 1965)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SCHAAN & MARQUES N. 2012. **Por que não um filho de Joanes? Arqueologia e comunidades locais em Joanes, Ilha de Marajó**. Revista de Arqueologia 25 (1): 106 -123.

SILVA, C. A, **Área de Interface Ceramista Pretérita: A coleção Arqueológica José Alberto Neves**, Manaus - AM, 2016.

SILVA, C. A, **A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: O caso da comunidade cai na água**, Manaquiri – AM, 2010.

SILVA, F. A. **As tecnologias e seus significados: Um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica.** 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, A. N. **Memórias de Barreirinha.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Prêmio Expocom, 2013.

SIOLI, H. **Alguns resultados e problemas da limnologia amazônica.** Belém, IPEAN, 1951. pág. 3-44. (IPEAN. Boletim Técnico, 24).

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VAZ, F.A. **Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta** in: Cultura Vozes, n.2, março- abril/1996, (p.47-65).

WOOD, W. 2009. **Os Solos e as Ciências Humanas: Interpretação do Passado.** Editado por W. G. Teixeira, D. C. Kern, B. E. Madari, H. N. Lima, and W. I. Woods, pp. 62. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.